

'O país está no limite da resistência'

RAMONA ORDOÑEZ

O país está no limite de sua resistência. Este é o panorama visto pelo empresário Omar Carneiro da Cunha do alto da presidência da Shell do Brasil, a segunda maior distribuidora de petróleo do país. Para ele, é insuportável conviver com a inflação nos níveis atuais, e só resta ao Brasil adotar o plano do ministro Fernando Henrique Cardoso, "o plano possível".

Omar, que adora Búzios e gosta de velejar, vem sendo forçado por sua agenda a

se contentar com a visão do mar desde a janela de seu gabinete, na Praia de Botafogo. Crítico feroz dos monopólios — todos os monopólios, afirma, não só os estatais — Omar não poupa ataques a seus oponentes quando fala da revisão constitucional. Observando que quer romper monopólios do Estado não significa pretender que o Brasil se transforme "numa fábrica de picolé", ele acusa:

— Está sendo travada uma batalha de desinformação. Não se deve vincular o fim do monopólio ao fim das estatais.

Aos 48 anos, o baiano Omar, com 1,85m de altura e olhos azuis, mais parece um estrangeiro. Ele é também presidente do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicon) e da Ação Empresarial — um grupo de empresários reunidos para fazer propostas e acompanhar de perto a revisão constitucional. Na última quinta-feira ele assumiu, também, a presidência da Câmara de Comércio Americana do Brasil.

Omar é o terceiro brasileiro a ocupar o principal cargo da Shell no Brasil, uma subsidiária do grupo anglo-holandês Royal Dutch-S-

hell e a maior empresa estrangeira no país, com um patrimônio líquido de quase US\$ 1 bilhão e um faturamento anual de US\$ 4,8 bilhões. Bem humorado, como de hábito, além de antecipar os resultados de sua companhia — que no ano passado teve um lucro de US\$ 55 milhões — Omar anuncia que a Shell vai aumentar este ano para US\$ 130 milhões seus investimentos no país.

Ao longo de toda a entrevista, o presidente da Shell só demonstrou irritação numa única ocasião: ele nega, com veemência, que a Ação Empresarial esteja gastando US\$ 50 milhões "para comprar votos de deputados".

O GLOBO — O país pode chegar a uma estabilização com o plano econômico do ministro Fernando Henrique?

OMAR — O plano do ministro é o plano possível. O Brasil já queimou todas as outras formas, já fizemos todo tipo de pajelança e não temos mais o que fazer. Teoricamente o plano é coerente, ataca pela primeira vez de forma radical a questão do déficit público.

O GLOBO — E quanto ao aumento dos impostos?

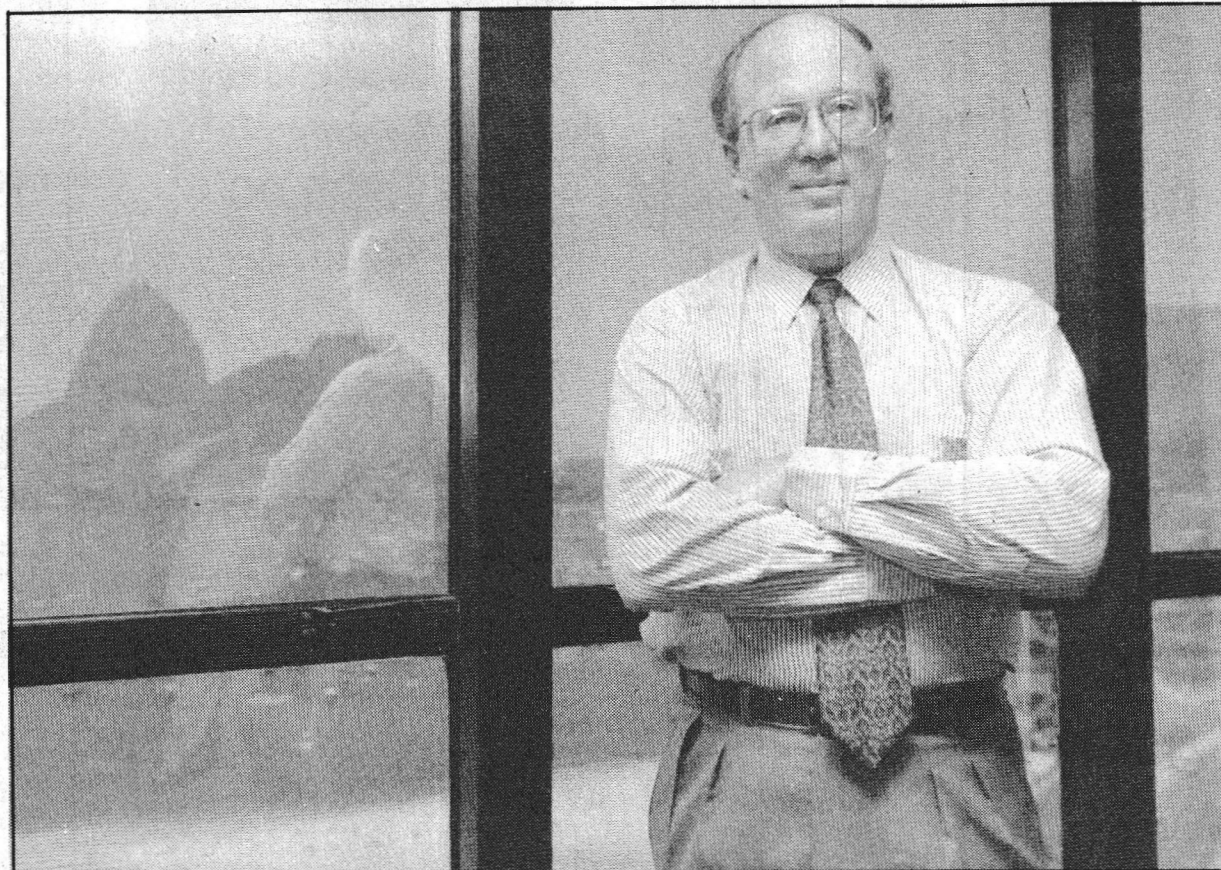
OMAR — Essa é a parte lamentável. Toda teoria econômica mostra que o aumento da arrecadação provém da redução de impostos. O aumento dos impostos empurra uma massa cada vez maior de pessoas físicas e jurídicas para a ilegalidade.

O GLOBO — Como pessoa física o senhor não gostou do aumento dos impostos, mas como pessoa jurídica...

OMAR — Não gostei de nenhuma das duas coisas. A aprovação do aumento da carga tributária para as pessoas físicas e a falta de quorum no Congresso para a votação do aumento da carga para pessoas jurídicas demonstraram uma total falta de articulação entre o Governo e a classe política. O Governo tem que negociar melhor. O mais importante para o plano dar certo é a revisão constitucional. Sem a reforma estrutural que a sociedade está discutindo na revisão, o plano não fecha. O problema não é só o curto prazo, mas também o médio e o longo prazos.

O GLOBO — O senhor acredita que o plano vai reduzir drasticamente a inflação?

OMAR — Acredito. O que falta é credibilidade das instituições públicas. A dívida não é grande, o déficit não é de arrancar os cabelos, as contas internacionais estão altamente positivas, o setor privado está competitivo, qual a razão de a inflação estar tão alta? É que temos uma economia viciada, indexada, onde o patamar da inflação do mês seguinte é a inflação do mês anterior mais alguma coisa, o nível de desconfiança. Estamos num



Selmy Yassuda

processo suicida, é ilusório imaginar que a inflação vai se estabilizar em 40%. É preciso derrubar a inflação, e o plano tem condições de fazer isso. Mas o Banco Central precisa ser independente para evitar o descontrole das dívidas públicas.

O GLOBO — O que pode acontecer se o plano não for aprovado esta semana?

OMAR — O país está no limite de sua resistência, não suporta mais mudanças de ministros. As pessoas que estão no Congresso pensam apenas em seus interesses particulares, sem pensar que o país não aguenta mais. Se o plano não for aprovado, podemos enfrentar uma séria crise, o país vai andar para trás, podendo até chegar à hiperinflação, o ministro pode sair, e então, ninguém sabe o que pode acontecer. Fico arrepiado só de pensar nisso.

GLOBO — Como a Shell pretende trabalhar com a Unidade Real de Valor (URV)?

OMAR — Não decidimos nada ainda. Na teoria, entendo o que

o Governo quer fazer mas, na prática, não entendo como vai funcionar. Vamos ter uma moeda ruim exposta à inflação e um indexador da moeda nova convivendo paralelamente na economia? Não sei como poderia cobrar na bomba de gasolina o preço em URV. Será que com uma tabela como a dos táxis? Para mim, não está claro.

O GLOBO — Quais os principais pontos que devem ser alterados na Constituição, durante a revisão?

OMAR — Há um consenso na sociedade sobre a necessidade da reforma tributária, a reforma do papel do Estado, o papel da Previdência, que está falida, o fim da restrição aos investimentos estrangeiros. Isso é consenso da maioria do empresariado, cuja posição foi amplamente discutida pela Ação Empresarial. É preciso aperfeiçoar o sistema político.

O GLOBO — Quais são os custos da Ação Empresarial?

OMAR — As línguas maldosas dizem que vamos gastar US\$ 50

milhões para comprar votos de deputados. Vamos trabalhar apenas nos conceitos e idéias. Temos uma pequena estrutura em Brasília, com pessoas cedidas dos vários setores. A estrutura é mínima e os custos devem ser de US\$ 20 mil mensais, não existem doações milionárias.

O GLOBO — Qual a posição da Ação Empresarial em relação aos monopólios do petróleo e das telecomunicações?

OMAR — Nós somos contrários a qualquer monopólio, seja privado ou público. Está ocorrendo uma grande confusão, uma batalha de desinformação, quando se procura vincular o fim dos monopólios ao fim das empresas do Governo. Acabar com o monopólio não significa o fim de Eletrobrás, Telebrás ou Petrobrás. O empresariado acha que o monopólio é uma forma de atuação econômica maléfica ao país e ao consumidor final, que não atende aos interesses da nação. Quanto mais a Petrobrás for eficiente, mais estou convencido de que o monopólio é desnecessário.

Estamos num processo suicida; é ilusório imaginar que a inflação vai se estabilizar em 40%

O GLOBO — O superintendente de Planejamento da Petrobrás, José Fantine, tem apontado malefícios do fim do monopólio: segundo ele, as empresas estrangeiras não investirão no país. O que o senhor acha?

OMAR — Esse é um discurso fantástico, da década de 60. O Fantine errou no timing. A Petrobrás faz um trabalho excepcional na área tecnológica, reconhecido mundialmente. Mas o fim do monopólio não significa que a Petrobrás deixará de existir e investir. Não sei se a Shell vai investir no Brasil se tiver abertura, eu estaria sendo irresponsável se dissesse que a minha empresa vai investir US\$ 1 bilhão, ou construir uma refinaria. Fantine, em vez de se preocupar com a política da Petrobrás, está prejudgando de forma precipitada o que as companhias vão fazer. A maior encomenda de navios do estaleiro Ishikawajima foi da Chevron, uma empresa estrangeira que não atua no Brasil.

O GLOBO — Os defensores do monopólio também argumentam que as companhias estrangeiras levariam o petróleo para fora do país...

OMAR — É manipulação da informação dizer que as empresas estrangeiras vão roubar petróleo do Brasil. Se elas não investirem, a Petrobrás investirá sozinha e continuará crescendo. Isto aqui não vai virar uma fábrica de picolé, com o fim do monopólio. Não se exporta um quilo de nada sem autorização. Se o Estado não estiver suprido, ele não vai deixar que isso saia do país.

O GLOBO — Outro argumento é que os preços dos combustíveis vão subir bem mais sem o monopólio.

OMAR — É outra desinformação. Há três anos vivemos a maior defasagem dos preços dos combustíveis, e todos do Governo afirmavam que a Petrobrás quebraria. Quem determina a política de preços no país é o Governo, que pode liberar e pode intervir quando ocorrerem situações de emergência. A Petrobrás também não consegue sobreviver sem preços. Com o fim do monopólio, o Estado vai continuar exercendo seu controle, através de um processo de concessão. O que está em discussão não é acabar com o monopólio da União, mas sim que a União possa conceder a sua exploração não apenas para a Petrobrás, mas também para outras empresas. Não é liberar geral.

O GLOBO — Como foi o ano de 93 para a Shell?

OMAR — No fim do segundo semestre a situação melhorou, com a recuperação dos preços dos combustíveis. Esperamos um lucro da ordem de US\$ 55 milhões, contra US\$ 23,5 milhões no ano anterior. Este ano pretendemos investir US\$ 130 milhões. Estamos à procura de novos negócios no setor de petróleo e petroquímica.

O GLOBO — Isso significa que o Brasil voltou a atrair investimentos estrangeiros?

OMAR — Os investimentos de capital estrangeiro, os de curto prazo em bolsa e títulos, têm crescido muito, porque o Brasil oferece taxas elevadas. É um dinheiro que entra rápido, mas também sai rápido. O dinheiro é covarde, tem medo, e ao sinal de uma grande instabilidade, foge. Esses capitais podem fugir se o plano econômico não for aprovado pelo Congresso. O grande desafio do Brasil é conseguir a retomada consistente e permanente de investimentos que venham para ficar.